

PREÂMBULO

Muito do que vou dizer neste preâmbulo inspira-se na minha experiência como arqueólogo, mas creio que tem condições de generalização a diversas outras áreas.

Em regra, a solução para muitos dos complexos problemas actuais que as sociedades enfrentam não encontra a sua raiz numa entidade ou instituição específica, mas numa rede de parcerias que deve ser tecida para vir a dar os seus frutos num prazo tão próximo quanto possível. Essas parcerias podem obviamente estabelecer-se entre entidades de cariz e escala muito diversos. O que não significa que o Estado não tenha um papel condutor, ou se possa demitir das suas responsabilidades – pelo contrário, a desconcentração tem sempre de ser acompanhada de níveis mais sofisticados de coordenação, que deixem todos fazer, mas segundo orientações consensualizadas e minimamente padronizadas.

Serviços como os de arqueologia – com o inventário (de bens móveis e imóveis) à cabeça – para se estenderem a todo o território, para actuarem em tempo útil, para envolverem as (e fazerem crescer a consciência patrimonial nas) populações, isto é, para serem de facto eficazes, só podem trabalhar em rede. Qual rede? Uma que seja estabelecida, primeiro, entre elementos desconcentrados da administração central (pertencentes a vários ministérios), autarquias, e, depois, com universidades, outras instituições de ensino, organismos da mais diversa índole, incluindo empresas, e, finalmente, com associações.

Por exemplo, uma universidade abre um curso de mestrado ou de doutoramento. Deve o estudante apenas ser conduzido pelas suas intuições ou gostos na escolha dos temas? Não deverá também, realisticamente, ponderar os meios materiais que vai ter de obter para poder estudar, investigar, e chegar a um bom resultado? E, para além disso, vir a ser útil ao país com a dissertação produzida, e o grau que vai obter?

Ele deveria assim poder ser o beneficiário, por concurso, de um sistema de parcerias previamente estabelecido. A sua dissertação seria materialmente viabilizada por meio de bolsa (não é possível estudantes de pós-graduação realizarem trabalhos de qualidade continuando com as suas responsabilidades profissionais normais), ou/e por financiamentos derivados de uma conjugação de organismos, viabilizando-se então, como contrapartida, a prossecução de um projecto regional ou nacional, que poderia ser nuclear ou marginal em relação à dita tese, mas que de qualquer modo esta cumpriria (no todo ou em parte). De dissertação em dissertação, um serviço público como o do inventário iria sendo enriquecido, sem dispêndios adicionais, e realizado pelas pessoas mais capazes para o efeito.

O inventário arqueológico de um país – para continuar com o mesmo exemplo – exige pessoas com bastante experiência e não simples técnicos. Por “bastante experiência” entendo pessoas, no mínimo, com mestrado, embora o doutoramento seja cada vez mais desejável. Mas, para que mestrados e doutoramentos, com as suas propinas elevadas (por vezes, desproporcionadas em relação às condições que se podem dar aos alunos) sejam viáveis a pessoas de condição social média (para que se não caia em novos elitismos), eles têm de ser preparados na lógica de rede, na lógica das parcerias e das conjugações de interesses muito diversos, para obter determinados fins.

Aliás, a parceria entre Estado, autarquias, universidades, etc., permitiria no caso da arqueologia canalizar para certas áreas prioritárias (definidas transversalmente, e muito a montante do início de obras públicas, etc.) uma boa parte do “know how” nacional, que é ainda muito pequeno, concentrando projectos de pesquisa, em vez de os multiplicar (tipo “cada arqueólogo, um projecto”, quando não pior), dispersando pelo território, sem critério de conjunto, o orçamento escasso com que a nossa arqueologia trabalha (só temporariamente atenuado – disse atenuado – pelos apoios comunitários).

Se existisse um funcionamento do país conduzido por lógicas de rede, muitos cidadãos e entidades se encontrariam comprometidos nos processos, perdendo o sentido determinados “bodes expiatórios” recorrentes, como o do Estado, sempre acusado (sob a forma do governo em funções, quando não “em estado de graça”) de todos os nossos seculares males. Este imediatismo, esta falta de perspectiva histórica são também encorajados pelos meios de comunicação, que hoje são produtos comerciais, fabricando realidade, a maior parte das vezes sem que o “consumidor” possa ajuizar da qualidade do que se lhe propõe.

Os meios de comunicação podem ser extremamente nocivos, pois têm a tendência a dar relevo ao que acontece menos bem, ou até mal, de acordo com orientações e interesses fáceis de compreender, mas que servem de cortina ao país real, cujo funcionamento normal ocultam, silenciando tudo quanto são iniciativas de pequenos organismos, que no entanto podem fazer a diferença na qualidade de vida, por exemplo à escala local. É bem conhecida (I. Ramonet) a moderna forma de substituição da censura das antigas sociedades autoritárias, que procediam por exclusão (impedir certas notícias): agora, procede-se pelo excesso, não se dando aos receptores a capacidade crítica para escolher, ou sugerindo-lhes a “escolha” pelo modo mais fácil, através do que é mais acessível, e lhes entra pela casa dentro. As pessoas sentem-se a fazer “escolhas” entre vários telejornais, sem perceberem o carácter requintadamente preparado de tais produtos (no seu alinhamento, nas imagens que subliminarmente organizam, etc.) quais “hamburgers” informativos com que diariamente preenchem a sua sede de informação sem perceberem a baixa qualidade da experiência que lhes é assim fornecida. A maior parte dessas pessoas estará já a dormir quando debates, programas internacionais, outro tipo de produtos será emitido especificamente para uma minoria. Mas, como é óbvio, quem queira manter-se informado tem de ler alguma imprensa portuguesa e estrangeira... ora, pela minha própria experiência sei que nem mesmo muitos estudantes universitários, em regra, lêem os jornais.

Por outro lado, talvez um dos aspectos persistentes do nosso país que haveria que superar fosse a excessiva vontade que têm os decisores públicos – em todas as instâncias – de “mostrar obra”, personalizando (quando não partidizando) em excesso as orientações dadas, as opções feitas. Ora, quem está à frente de um sector da administração está ali sobretudo como um eleito para cumprir uma série de tarefas que decorrem de grandes orientações previamente sufragadas pela população. A administração corrente deveria ser, tanto quanto possível, e até onde desejável, independente da governação, que, com as suas opções políticas, naturalmente orientaria a máquina ao seu dispor nesta ou naquela direcção. Compete por sua vez aos cidadãos atentos e minimamente informados (o que idealmente significaria graus de escolaridade superiores aos actuais, outras formas de gosto/curiosidade – hoje embotadas pelo consumo maciço de telenovelas e de futebol – e dispor de outras fontes de informação que não apenas os referidos telejornais ou as revistas de “faits divers”) premiar, ou não, as orientações impressas à máquina administrativa, considerando se elas estão a ser postas ao serviço do bem comum, ou se beneficiam em parti-

cular classes sociais já privilegiadas, grupos de interesses bem identificados ou difusos (os quais existem em todas as democracias), etc.

Na maior parte dos casos, do ponto de vista dos cidadãos, o que lhes importa é uma administração que funcione, segundo regras que tenham uma certa estabilidade, como um serviço, na medida do possível, eficaz. Esses serviços só têm interesse, para atingirem todos os seus objectivos, em envolverem o máximo de instituições possível – através, por exemplo, de protocolos. E entre essas instituições estão, obviamente, as associações (refiro-me aos organismos sem fins lucrativos).

Quando estas últimas estão dispostas a realizar tarefas que, baseadas em trabalho voluntário (em grande parte, ou mesmo na totalidade, não remunerado), cumprem o interesse nacional (ou regional, ou local), em certas áreas sectoriais mas importantes, elas deveriam ser considerados parceiros imprescindíveis. Não deveriam nesse caso ser as associações (que, por vezes, são instituições pequenas, frágeis na sua estrutura organizativa – e até podem ser efémeras, depois de cumprido o seu objectivo...) que se esfalfavam junto dos decisores por um minuto do seu interesse ou por uma migalha do orçamento, sob a forma de subsídio. Deveriam ser as próprias administrações públicas, nacionais, regionais, ou locais, a tomar a iniciativa de ouvir o tecido associativo e de lhe atribuir, por protocolos, um conjunto de competências e de meios, de direitos e de deveres concretos. De dividir os seus projectos e os seus êxitos com esse tecido, profundamente ancorado na sociedade toda.

Porquê? Porque há, apesar de tudo (de todo o economicismo reinante) pessoas que, nos seus tempos livres, são capazes de trabalhar de forma gratuita, por esse trabalho não ser considerado uma corveia, mas uma fonte de satisfação e de enriquecimento pessoal, até porque as põe em relação com outros, o que pode ser muito satisfatório. Realizar tarefas úteis para si e para os outros pode ser um ganho em experiência, em currículo, que se virá a traduzir, depois, numa vantagem competitiva.

Também, para os que já têm a sua situação económica basicamente resolvida, ou os mais jovens, ou os mais ambiciosos (e a ambição, o desejo de afirmação própria, é algo de profundamente legítimo, no respeito dos outros e das regras, devendo ser socialmente encorajado) a “remuneração” pode não estar em dinheiro, mas em prestígio social, cultural, etc. Não será a vontade de prestígio a mais funda motivação dos líderes, desde os tempos pré-históricos?

Ora, tal prestígio pode ser conseguido de muitas maneiras, e como nem todos têm o talento para atingir a notoriedade pública a que podem ambicionar através da unicidade (originalidade, inovação) da sua obra (artistas, cientistas, etc.), a persistência e a coerência de um serviço social bem prestado podem ser outras tantas fontes de “remuneração moral”, perfeitamente satisfatórias. O que é importante é que a sociedade não incentive apenas o consumismo e o valor do dinheiro como único valor. Essa ideologia conduz a (e alimenta-se de) uma insatisfação constante, redundando numa espécie de “prostituição” do ser humano, e é uma máquina de exclusão terrível. Há uma imensa generosidade, uma imensa disponibilidade recalcada em muitas pessoas, que por vezes, até, vivem isoladas, e sem saber o que fazer pelos outros e por si próprias; em troca de atenção, de um estatuto que todo o ser humano almeja, podem realizar coisas extraordinárias, desde que o tecido social o incentive, desde que tais pessoas sejam abarcadas por uma rede de estímulo, de enquadramento, de prémio social do seu esforço.

Nós, desde que educada a força de vontade, estimulada a nossa auto-estima, e enquadrada a nossa capacidade de generosidade, somos capazes de proezas incríveis, que nos

chegam a espantar a nós próprios. Por isso a sociedade que deixa os indivíduos em situação de desenquadramento, de solidão, de perda de laços de solidariedade, qualquer que ela seja, comete um autêntico crime, retirando-lhes toda a capacidade de se sentirem felizes e úteis. Esse é que é o grande, o verdadeiro desperdício, que nos custa a todos muito caro – porque estimula todos os comportamentos desviantes.

Denotarão estas minhas palavras alguma ingenuidade, algum idealismo? Talvez. Julgo não ser um cínico, nem um estratega, mas apenas uma pessoa que procura ver claro, e actuar de uma forma consonante com o meu tempo; espero todavia não ser demasiado simplista, para não falhar o alvo do raciocínio.

Todos temos um projecto (mais ou menos elaborado) de “crescimento”, de afirmação, para as áreas a que nos dedicamos. No meu caso, arqueologia, no caso de colegas muito próximos, antropologia, e, por vezes mesmo, no âmbito de uma tentativa de imbricação das duas disciplinas, uma vez que ambas teriam muito a ganhar com uma mútua relação. Este último aspecto é óbvio em arqueologia pré-histórica. Veja-se a obra de Leroi-Gourhan, um dos grandes pensadores do séc. XX. A propósito, há dias veio parar-me às mãos, por pessoa amiga, um texto magnífico, surpreendente por não ser escrito por alguém da nossa especialidade, sobre este autor, que confesso que desconhecia, e que vivamente aconselho: “O perseguidor das sombras”, de Maria Filomena Molder, publicado em *Análise*, vol. 1, 1984, pp. 141-176.

Um dos princípios dessa afirmação é, com certeza, o da interdisciplinaridade. Para que um campo se afirme, é preciso que “fale para fora” de si, e não só para dentro.

É nessa linha, por exemplo, que se insere a tendência desta revista a, continuando a ter uma forte componente “antropológica” – como se vê pelo presente volume – se abrir ao conjunto dos domínios dos quais é inseparável: as ciências sociais e humanas. É igualmente muito importante que os TAE diversifiquem a gama dos seus colaboradores em todos os sentidos (novos temas, novos autores, etc.), abrindo-se a outros países europeus, bem como à América Latina... Todos sabem que encontrarão aqui, de seis em seis meses, um espaço aberto à manifestação das suas ideias, dentro de padrões de qualidade científica que a revista tem naturalmente de respeitar.

Foi também nessa linha que, por exemplo, e entre outras iniciativas, a SPAE organizou há anos (1997) uma importante jornada sobre as várias formas de exclusão, devidamente publicada em livro.

Outro aspecto fundamental é o da escala – não podemos continuar apenas a trabalhar ao nível estrito do país, levando de vez em quando alguns resultados lá fora. Organismos como o Ministério da Cultura (Relações Internacionais) ou o dos Negócios Estrangeiros (Instituto Camões, etc.) deveriam encetar novos tipos de acção, para além do muito de meritório que se tem feito. Temos de tomar iniciativas de âmbito relativamente amplo, sem obviamente perder de vista as limitações organizativas de cada entidade, as quais, no caso das pequenas associações, são mais que muitas.

Mas foi nessa linha – de um desejo de aumento de escala – que, por exemplo, se realizaram em Portugal dois congressos de arqueologia de temática peninsular (um, em 1993 – pela SPAE, na UP –, outro, em 1999, na UTAD, pela ADECAP – Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular), que alguns já consideraram factos históricos da mais alta relevância para a arqueologia portuguesa.

É evidente que o esforço que essas iniciativas exigem – sobretudo para a publicação das Actas – só é imaginável por quem está por dentro das mesmas; estamos a falar de uns seis anos de trabalho porfiado para cada um dos eventos, até à respectiva edição integral

dos resultados. O país irá percebendo o que isto significou, em termos de salto qualitativo, de repercussão no tempo com consequências positivas imensas, de prestígio e afirmação internacional, de correcção da tendência de periferização do nosso país em relação à vizinha Espanha, com a qual incontornavelmente temos de colaborar, etc...

Outro fenómeno de escala verdadeiramente internacional foi a posição do governo português, na segunda metade dos anos noventa, de compreender o carácter absolutamente excepcional – a nível mundial – do complexo de gravuras paleolíticas e pós-paleolíticas do baixo vale do Côa, instalando aí um parque, e candidatando-o a “património da humanidade” pela UNESCO, o que aconteceu em 1998. Foi uma das poucas vezes em que o nosso país foi mencionado lá fora. Apenas falta agora – e isso é vital – dinamizar o parque em novos moldes, preparando-o para um turismo muito mais alargado e profissional, e concluindo o museu com conteúdos apropriados à sua motivação e à região em que se insere. O que se pode universalizar são sempre valores regionais, e não coisas que as pessoas poderão ver e experienciar noutros lados. O Museu do Côa deve ser o das suas gravuras, da pré-história e da história daquele rio, mas também de toda uma região do interior do país onde ele corre, e que está prenhe de elementos arqueológicos e outros, de toda uma história, que deve ser valorizada, para mais situando-se junto da nossa fronteira com a Espanha... Trata-se de um desígnio nacional, até porque este museu é (deve ser) um verdadeiro símbolo de como nos podemos afirmar a várias escalas: a de uma região fronteiriça, pouco conhecida, mas fabulosa (integra-se na área produtora do “vinho do Porto”); a do nosso país na sua diversidade, infelizmente posta em causa pela excessiva concentração da população num litoral massificado e homogeneizado; a de um país periférico, mas europeu, possuidor no seu território de um complexo de “arte rupestre” tão incrivelmente típico do Paleolítico superior, e com a originalidade de se encontrar preservado ao ar livre; e, finalmente, a de se dispor de um património arqueológico que, pela primeira vez, mereceu com inteira justiça o “selo” de património da humanidade – e portanto até transcende a nossa responsabilidade como portugueses. Tudo isto constitui um conjunto de ingredientes que farão da região de Foz Côa um dos destinos preferenciais do “turismo cultural” internacional no nosso país, quando os responsáveis e os empresários se convencerem de todo o seu potencial, evitando a todo o custo repetir ali a descaracterização pelo betão efectuada no Algarve e em quase todo o litoral português.

A inserção cultural da arqueologia numa rede mais ampla de saberes é essencial para a sua afirmação adulta. Num mundo de “transversalidades”, de deslocamentos e recolocações permanentes das questões, a maleabilidade é uma característica muito valiosa. Essa maleabilidade – que no fundo se conjuga com a interdisciplinaridade, ou mesmo a transdisciplinaridade, mas é mais do que isso – consiste em, a partir do campo disciplinar em que cada um se especializa, saber dialogar com outros campos, em torno das grandes questões práticas ou teóricas que a tudo subjazem. Porque, sem formulação teórica dos problemas, estes não encontram um patamar de formulação rigorosa, elegante e pertinente; são um enredado de noções impotentes, boçais, ou de aplicação circunscrita (uma erudição que se esgota em si mesma, uma auto-satisfação ridícula e bafienta). Mas, sem a capacidade prática de gerir, de administrar, de escolher opções certas em tempo útil e de as concretizar, de liderar processos, ou de se deixar liderar num espírito de equipa, não há diálogo possível com os outros actores sociais em que o indivíduo (ou uma disciplina) se quer inserir, junto dos quais se quer certificar.

A arqueologia, por exemplo, tem de fazer parte da nossa cultura corrente como cidadãos. Para não continuarmos nem a ser facilmente fascinados pelas descobertas retum-

bantes, que enchem os jornais (uma descoberta, nem que seja de mil múmias intactas, fora de um contexto de pesquisa e de interrogação, não significa nada), nem a ser levados pela ignorância de quem não seria capaz de ver, na “arte paleolítica”, ou em certas das suas manifestações (tão particulares no seu estilo como um quadro de Picasso!), mais do que traços ou borrões canhestros, feitos por crianças ou atrasados mentais. A “arte paleolítica” (mesmo apenas a europeia), bons deuses, já se conhece há mais de um século, é um campo estabilizado de pesquisa e de saber, mas está também acessível a todos nós em centenas de obras de boa divulgação, com o maravilhoso livrinho de Leroi-Gourhan (“As Religiões da Pré-história”) à cabeça, há muito publicado em português (Ed. 70).

Não continuem pois, por favor, a ensinar aos alunos do secundário – caros colegas professores desse ensino, que muita responsabilidade têm – que o homem paleolítico pintava ou gravava animais para se distrair, ou para propiciar a abundância dos animais de que se alimentava, ou para também magicamente facilitar a sua caçada! Essas são teorias superadas nos primeiros anos do séc. XX, sendo certo que nós estamos já um século depois...

O fascínio de um saber está na sua tradução noutros saberes, o que é sempre um acto muito difícil. Nada tem a ver com a moda recente, banal, de umas pessoas que são capazes de, sobre cada assunto, dizer a coisa “inteligente” que convém, sem jamais conseguirem elaborar obra própria (M. Guillaume, “L’Empire des Réseaux”, Paris, Descartes & Cie, 1999). Mas essa competência de tradução, com todos os seus riscos de “traição”, de superficialidade, de se passar ao lado do essencial, também se pode (e deve) adquirir, desde os bancos da Universidade. É também por isso que, desde 1997, ininterruptamente, organizamos aqui no Porto as “Mesas-redondas de Primavera”, que têm vindo a afirmar-se como um espaço de diálogo e de respiração cultural crescente, sobretudo motivado pelo interesse dos temas (Arqueologia; Património; Media ; Ambiente, Cultura e Desenvolvimento; Identidade, identidades; As Imagens) e não pelo desejo de vedetismo dos intervenientes. Estas mesas-redondas têm provado que se pode raciocinar em público, com alguma qualidade, expondo o próprio acto de raciocínio no momento de se (re)constituir.

Finalmente, no âmbito da edição dos resultados dos nossos trabalhos, impõe-se uma reacção, pela positiva, ao domínio editorial/científico anglo-saxónico. Em que é na prática se concretiza esse domínio? Na desvalorização científica de todos os textos publicados em revistas que não sejam em inglês e com o regime de “referees” (avaliadores dos textos, que muitas vezes se mantêm no anonimato; normalmente os directores das publicações enviam um trabalho proposto para publicação a dois desses avaliadores), a ponto de numas provas públicas recentes ter ouvido um colega dizer que, no seu país, todo o *curriculum* do candidato em causa não seria valorizado ou sequer citado, por não incluir artigos insertos nas ditas revistas.

Na prática, o autor português – após ter realizado o seu trabalho e se ter assegurado da qualidade da respectiva tradução para inglês, o que não é nem barato nem sobretudo fácil de conseguir – poder ficar sujeito a certo arbítrio por parte dos responsáveis da publicação. É possível receber, em resposta, o pedido de realização de um trabalho totalmente diferente, ou, em alternativa, tantas críticas e propostas de alteração que, na prática, implicariam reescrever o trabalho. Mas essa reescrita, e nova tradução, podem ser apenas o recomeço do mesmo calvário. Um colega meu altamente competente esteve quatro anos à espera de que um seu artigo saísse numa segunda revista internacional, porque na primeira a espiral de “avaliações” foi de tal ordem que não seria de esperar que qualquer trabalho aí jamais fosse inserto; escusado será dizer que, no entretanto, tanto o director da

publicação como os anónimos avaliadores ficaram na posse do original não publicado...

É obviamente sempre de procurar a internacionalização das nossas investigações, apresentando trabalhos a revistas com “referees” e tentando que eles sejam publicados em tempo útil. Também comunicações a congressos internacionais, normalmente organizados em sessões, podem dar origem a capítulos de livros em grandes e prestigiadas editoras (desde que o coordenador da sessão tenha boa inserção no mundo editorial, e consiga publicar, como “editor”, um livro resultante da referida sessão).

Em última análise, no âmbito da arqueologia da Península ibérica, têm os colegas uma boa solução para (pelo menos numa minúscula parcela) contrariar o “domínio” anglo-saxónico referido: enviarem textos para a revista “Journal of Iberian Archaeology”, que tem um conselho científico altamente competente, e uma tradutora permanente. Criámos esta revista em 1998, dela saíram 4 volumes (0, 1, 2, e 3) e estamos neste momento a preparar o vol. 4, de 2002. É publicada pela ADECAP. É uma revista inteiramente em inglês, língua que se assume ser o veículo científico por excelência do nosso tempo. Mais uma vez, creio, é com iniciativas assim que se vai contrariando a tendência periférica do nosso país. Aqui se publica a única revista do mundo, em inglês, sobre arqueologia da Península ibérica (e não só de Portugal), o que também é importante para o nosso posicionamento face à Espanha.

Espero que os leitores se apercebam de que tentei abordar um conjunto de questões estratégicas que vão muito para além do campo a que me dedico. E de que, ao falar na primeira pessoa, estou sobretudo a procurar ser porta-voz de um conjunto de preocupações colectivas.

Porto, Abril de 2002.

Vítor Oliveira Jorge